



## **O Imperador da Chatuba: o jogador Adriano entre a delinqüência e o discurso de “pacificação” da cidade<sup>1</sup>**

Kleber Mendonça<sup>2</sup>

Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ

### **Resumo**

O presente artigo é ponto de partida de uma pesquisa, recém-iniciada, que tem o objetivo de mapear a relação entre discursos jornalísticos sobre a cidade e a percepção da violência nestes espaços por seus habitantes. Trata-se de um primeiro olhar analítico a um objeto múltiplo, cujos desdobramentos permitirão pensar o papel dos discursos midiáticos sobre as várias formas como os sujeitos constroem suas apreensões simbólicas acerca da cidade. Para tanto, o trabalho recorre, entre outras, às perspectivas teóricas propostas por Jeudy (2005), Sarlo (2009) e Certeau (1990) - acerca das relações entre discurso e espacialidade - e toma como objeto de análise alguns textos jornalísticos de *O Globo e Extra* que retratam a confusa e polêmica trajetória do jogador Adriano, então do Flamengo, em aglomerados de exclusão (HAESBAERT, 2004) do Rio de Janeiro.

### **Palavras-chave**

Jornalismo; Geografias da Comunicação; Análise do Discurso; Violência; Espaço.

### **1. Apresentação**

Um olhar rápido em perspectiva histórica sobre as páginas dos principais jornais do país irá perceber a ausência quase constante de relatos acerca de determinadas regiões das grandes cidades. Boa parte das áreas mais pobres costumam receber pouca atenção dos noticiários hegemônicos. Um silêncio enfático, quebrado apenas nos momentos de irrupção da violência ou em períodos de exceção das festas populares (como o carnaval).

No caso específico do Rio de Janeiro, entretanto, a tradição começa a ser quebrada. Com as ações governamentais de intervenção nas comunidades – como a expulsão do tráfico, a instalação de UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) e as obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) - , torna-se cada vez mais cotidiana a presença dessas regiões no noticiário.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Geografias da Comunicação do X Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Professor adjunto do Departamento de Estudos Culturais e Mídia e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFF, email: klebersm@hotmail.com.



Assim, em vez de uma representação única, em geral limitada aos jornais populares e ligada exclusivamente à irrupção de fatos violentos, as comunidades do Rio de Janeiro começam a se tornar objeto de relatos mais variados e, muitas vezes, contraditórios. Diante deste cenário, o objetivo deste artigo é dimensionar uma das múltiplas apropriações discursivas propostas pelos textos jornalísticos em relação a tais localidades de modo a pensar como as páginas podem propor distintas “espacialidades” para uma mesma região.

Com isso, podemos entender de que forma as cidades, como os discursos, estão longe de possuírem algo como uma *essência concreta* ou um *sentido único*. Como produtos de um processo complexo de apropriações simbólicas, tanto os espaços, como os discursos são, por natureza, polissêmicos e terão suas interpretações hegemônicas modificadas, gradualmente, em função das historicidades envolvidas no jogo de relações de poder que compõem a sociedade.

Além disso, este trabalho apresenta algumas perspectivas teóricas e empíricas iniciais que irão nortear uma pesquisa, recém-iniciada, que tem como meta mapear a relação entre os discursos jornalísticos sobre as cidades e a percepção da violência nestes espaços por seus habitantes. Trata-se, aqui, de um mapeamento ainda explanatório que estabelece um primeiro olhar analítico a um objeto cuja análise mais detida permitirá percebermos em que medida podem ser relacionados os discursos midiáticos sobre regiões e lugares específicos e as múltiplas formas como os sujeitos constroem suas relações e leituras da cidade.

Para este trabalho, tomou-se como *corpus* empírico um conjunto de reportagens publicadas pelos jornais cariocas *O Globo* e *Extra*, no período de dezembro de 2009 a junho de 2010, que abordam a confusa e polêmica trajetória do jogador Adriano, então do Flamengo, por um dos maiores aglomerados de exclusão existentes no Rio de Janeiro. Vale lembrar que para os objetivos propostos não era necessário que a comunidade fosse o assunto principais dos textos. O que serviu como recorte analítico foi a capacidade de inferência, naquelas páginas, da proposta de diferentes *sentidos de espacialidade* para aqueles lugares.

De modo semelhante, ressalta-se, aqui, que não foi objetivo metodológico qualquer análise comparativa entre os discursos dos dois veículos escolhidos. Isso porque o trabalho parte do ponto de vista de que ambos serão tomados como referenciais semelhantes, mesmo que, em alguns momentos, as modulações discursivas sejam distintas. Tais diferenças se devem às nuances de público alvo de cada veículo,



que, mesmo assim, não impedem representações bastante semelhantes das comunidades mencionadas em seus textos. Por serem do mesmo conglomerado, inclusive, não é rara a presença de notícias originalmente produzidas em um veículo reproduzidas integralmente no outro.

## 2. Entre os discursos sobre a cidade e a cidade como discurso

**“Cheguei ao nome da cidade  
não à cidade mesma, espessa  
Rio que não é rio: imagens  
essa cidade me atravessa”  
(Caetano Veloso)**

A hipótese inicial aqui proposta é a de que é possível identificarmos diferentes visões sobre os *espaços da cidade*, sugeridas pelo *espaço discursivo* da “verdade” jornalística. Assim, as análises aqui reunidas permitem ilustrar o fato de que diferentes lugares são retratados discursivamente de formas também distintas. E tais alterações acabam por propor aos sujeitos apropriações discursivas específicas de acordo com cada região mencionada nos textos jornalísticos.

As leituras da cidade não correspondem a uma simples atualização, nos indivíduos, dos aspectos concretos de cada localidade. Cada discurso pode (e muitas das vezes quer) propor reconfigurações do espaço urbano. No recorte temporal da análise aqui efetuada, o Rio de Janeiro vivia um período de intervenção pública em vários sítios específicos. Em paralelo às ações do poder público, os relatos jornalísticos acabam por referendar (ou recusar) tais intervenções.

É comum, como consequência da relação dialógica entre os relatos e as ações de urbanização, a emergência de prescrições acerca do valor dos múltiplos lugares da cidade e dos modos de apropriação destes pelos habitantes. Propostas em relação à circulação (onde ir ou que lugares evitar); vigilância (quais as áreas perigosas) e reurbanização (que lugares extirpar e quais preservar) são exemplos de desdobramentos do encontro entre os espaços discursivos da verdade (jornalismo) e os modos a partir dos quais os sujeitos irão negociar tais visões sobre a cidade.

A este respeito, Certeau (1990) recorre a Barthes para propor, em sua “fala dos passos perdidos”, a ideia de que andar pela cidade é produzir um relato ativo diante dos ordenamentos que buscam provocar no andarilho algumas respostas (e ações) pré-determinadas. Como em qualquer relação discursiva, no entanto, cada texto (como cada cidade) permite ainda múltiplas outras leituras (e trajetórias). Assim, a hipótese aqui trabalhada é a de que há uma complementaridade entre as ações governamentais de



intervenção nas comunidades e os modos como tais locais são representados discursivamente pelos jornais. O objetivo desta parceria é o de reduzir as possibilidades de *discursos outros* em relação à proposta de cidade em vigor nos dias de hoje.

A analogia entre a dicotomia espaço/lugar e fala/língua é central na obra de Certeau e permite ilustrar a potência rebelde de um aspecto fundamental na junção destes pares: o papel dos relatos. Para ele, são os relatos que, incessantemente, desempenham o trabalho que “transforma lugares em espaços ou espaços em lugares. Organizam também os jogos das relações mutáveis que uns mantêm com os outros”(CERTEAU, 1990, p. 203).

Certeau trabalha com a perspectiva de que o espaço é um lugar praticado. Ou seja, enquanto o *lugar* é a ordem de distribuição dos elementos nas relações de coexistência, “uma configuração instantânea de posições” (CERTEAU, 1990, p. 201), o *espaço* seria, por sua vez, associado intimamente às metáforas da velocidade e do deslocamento no tempo. O autor recorre à comparação com a linguagem para mostrar que a operação exercida pelo espaço sobre o lugar se assemelha ao trabalho da fala em relação à língua.

A rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaços pelos pedestres. Do mesmo modo, a leitura é o espaço produzido pela prática do lugar constituído por um sistema de signos – um escrito (CERTEAU, 1990, p. 201).

Em resumo, poderíamos dizer que, enquanto os lugares dizem respeito a pontos específicos, o espaço seria produto dos usos culturais, simbólicos, políticos e econômicos, a partir de múltiplas e conflitantes relações sociais. Assim, um determinado lugar geográfico se transforma, pelo trabalho da ação humana, em um tipo específico de espaço. E é justamente neste trabalho simbólico, produtor de espacialidades a partir dos lugares, que o discurso jornalístico colabora ao apresentar suas *visões* sobre a cidade, bem como suas tentativas de legitimar as intervenções públicas.

Henri-Pierre Jeudy (2005) prefere o conceito de *visão* ao de *representação* para se referir aos modos como as imagens da cidade são apropriadas pelos diferentes discursos de escritores, filósofos e artistas.

A cidade como potência de imagens destaca-se do destino de sua representação. Ela não desequilibra apenas os hábitos de representação, mas provoca a todo momento, em todo lugar, visões que ainda não são representações. Essas visões que se tornam imagens (...) têm um ponto em comum: sua emergência,



superposição e circulação perturbam a estabilidade de nossas representações usuais (JEUDY, 2005, p. 92)

Para ele, portanto, as *visões* sobre a cidade têm capacidade semelhante aos *relatos* apontados por Certeau. No caso do discurso jornalístico, entretanto, o que acontece é o uso da potência discursiva conferida aos veículos que - por se converterem em lugar autorizado da produção e circulação da “verdade” – acabam colaborando para a sedimentação de algumas representações “oficiais” da cidade.

É preciso termos em mente, todavia, que o discurso jornalístico sobre a cidade, como as *visões* de Jeudy, não podem ser confundidas com a *cidade* em sua concretude física. A esse respeito, Sarlo adverte para a existência de dois espaços distintos que se entrecruzam: a cidade real e as cidades imaginadas. Como Certeau, a pesquisadora argentina vai dialogar com a obra de Barthes para pensar a questão.

Entre a cidade escrita (no sentido em que Barthes se referia à “moda escrita”) e a cidade real há uma diferença de sistemas materiais de representação(...). Os discursos produzem idéias de cidades, críticas, análises, figurações, hipóteses, instruções de uso, proibições, ordens, ficções de todo tipo. A cidade escrita é sempre simbolização e deslocamento” (SARLO, 2009, p. 145).

Por esta razão, para a autora, a cidade real pode entrar em colisão ou ratificar a cidade escrita. Mas elas nunca se sobrepõem nem se anularão, já que pertencem a ordens semiológicas distintas. Também se deve a esta característica a inutilidade da análise comparativa preocupada em julgar a “adequação” da cidade real à sua representação discursiva. A meta dos pesquisadores, ao contrário, deve ser justamente o oposto: são os *desvios* entre uma e outra que irão indicar “o modo como se pensa a cidade a partir de uma experiência ou de um ideal de cidade” (SARLO, 2009, p. 147)

Dessa maneira, a tensão entre as *visões* da cidade - propostas por seus habitantes em seus relatos e trajetórias – e as *representações* discursivas nos textos jornalísticos oferece material de análise para avaliarmos as perspectivas a partir das quais os múltiplos atores (e poderes) pensam o Rio de Janeiro nos dias de hoje. Se Sarlo (2009, p. 97) está correta em defender que “não há cidade sem discurso sobre a cidade [já que] a cidade existe nos discursos tanto como em seus espaços materiais”, é preciso mapearmos os modos de diálogo estabelecidos entre os conteúdos jornalísticos sobre a cidade e as respostas ativas (concretas?) de seus habitantes aos percursos propostos.

A região do Rio de Janeiro mais explicitamente transformada em alvo recente, tanto das ações interventoras estatais, como dos discursos jornalísticos, é hoje,



paradoxalmente, aquela que sempre foi historicamente alijada de tais ações: as favelas da cidade. Para entendermos melhor as conseqüências desta mudança de foco (e dos objetivos que norteiam esse novo olhar), será necessário compreender quais são os sentidos propostos à cidade por estas regiões e pelas ações dos responsáveis por sua irrupção.

### 3. Os aglomerados de exclusão como acontecimentos discursivos

Rio de ladeiras  
civilização encruzilhada  
cada ribanceira é uma nação.  
À sua maneira com ladrão  
lavadeiras, honra traição  
fronteiras, munição pesada  
(Chico Buarque)

Haesbaert oferece uma interpretação geográfica destas áreas ao propor o conceito de *aglomerados humanos de exclusão* como ferramenta teórica capaz de complexificar os gestos de controle da circulação dos corpos no espaço. Seu objetivo inicial é o de se afastar de uma ‘visão etnocêntrica primeiro-mundista’ da questão da mobilidade global, em geral preocupada em definir os ‘não-lugares’ dos ‘cidadãos’ do mundo (hotéis, aeroportos, *shopping-centers*), para poder vincular o fenômeno da desterritorialização ‘imposta’ ao processo de exclusão capitalista. Assim, embora nunca ‘total’, porque sempre vinculado a processos de (re)territorialização, o conceito de desterritorialização “dever ser aplicado a fenômenos de efetiva instabilidade ou fragilização territorial, principalmente entre grupos socialmente mais excluídos e/ou profundamente segregados” (HAESBAERT, 2004, p. 312).

É preciso, no entanto, ter cuidado com o conceito de *excluído*. Haesbaert cita José de Souza Martins para lembrar que esta noção acaba transformando os sujeitos em vítimas passivas dos processos históricos, não permitindo, assim, “sua participação transformativa no próprio interior da sociedade que exclui o que representa a sua concreta integração” (MARTINS apud HAESBAERT, 2004, p. 317).

Em outras palavras, os *despossuídos* acabam sendo colocados ‘fora da sociedade’ pela teoria, quando o que de fato acontece é um complexo processo de “inclusão precária” efetivado constantemente (e não sem revides) pelo jogo das relações de poder. Martins, em outro trabalho, resume como o capitalismo globalizado abandonou uma multidão de deserdados sem destino, um aglomerado composto por diferentes sujeitos que são “indevidamente chamados de excluídos porque incluídos foram nas funções residuais e subalternas da cloaca de um sistema econômico que não



parece ter como funcionar e sobreviver sem iniquidades e injustiças” (MARTINS, 2000, p. 16).

Esse processo funda uma relação com o território que também é ‘precária’, na medida em que estabelece, à força, ‘amontoados’ humanos em espaços cujo controle não mais lhes pertence. Tragédia que já era percebida em sua gênese por Josué de Castro, ainda no início dos anos 50:

No nosso povo, inferiorizado exclusivamente pela ação degradadora de uma organização (...) econômica primária, causadora do absoluto abandono do homem desamparado diante dos perigos da fome e das doenças. Fome e doenças que são os únicos companheiros constantes da solidão forçada do homem brasileiro. Do homem perdido na selva amazônica. Esquecido nos infinitos canaviais do Nordeste e nos sombrios cacauais da Bahia. Atolado nas terras padulosas do estado do Rio. Degradado nas montanhas bociosas de Minas Gerais e nos pantanais de Mato Grosso. Nas zonas desconhecidas dos limites territoriais. Do homem perdido na imensidade da terra brasileira (CASTRO, 1957, p. 264).

Os diferentes tipos de ‘solitários entregues à própria sorte’ irão compor, nos dias de hoje, os aglomerados de exclusão. Haesbaert lembra como suas características se assemelham à noção de ‘desclassificados’, proposta por Otto Bauer, já que “qualquer tentativa de incorporar esses excluídos em uma ‘classe’, (...) seria equivocada, (...) como seria enganoso imaginar que seus espaços correspondem a territórios claramente identificáveis” (HAESBAERT, 2004, p. 323).

Do ponto de vista dos aspectos propriamente geográficos destes lugares, Haesbaert defende que não chegam a ser ‘espaços à parte’, mas “fruto de uma condição social extremamente precarizada, onde a construção de territórios ‘sob controle’ ou ‘autônomos’ se torna muito difícil, ou completamente subordinada a interesses alheios à população que ali se reproduz” (Idem, p. 327).

Essa precariedade, inclusive, será percebida pelos meios de comunicação e pelo Estado e acabará colaborando para as estratégias discursivas e de controle do território das comunidades. De um lado porque a superação da precariedade será um argumento da retórica jornalística legitimadora das intervenções. Ou ainda em razão dos moradores de tais aglomerados não se sentirem “legítimos” proprietários dos territórios que ocupam, o que fragiliza as tentativas de estabelecer um diálogo em pé de igualdade com o poder público, ou mesmo mobilizar a população visando a recusa de algumas medidas de intervenção.



Exemplo dessa dificuldade é o conjunto de características que Haesbaert constata como propriedades básicas dos ‘aglomerados de exclusão’:

a instabilidade e/ou insegurança socioespacial; a fragilidade dos laços entre os grupos sociais e desses com seu espaço (tanto em termos de relações funcionais quanto simbólicas); [e] a mobilidade sem direção definida ou a imobilidade sem efetivo controle territorial (Idem, p. 331).

Pode-se perceber como a combinação entre os discursos jornalísticos sobre a cidade e as intervenções urbanísticas praticamente impedem as possibilidades de relatos (e trajetos) outros pelos habitantes desses *espaços de inclusão precária*. À insegurança socioespacial, aliada à fragilidade dos laços, o Estado oferece a promessa de uma comunidade sem traficantes (ainda que sustentada pela *utopia* de uma cidade sem drogas). À mobilidade dispersa e à falta de controle do território, as obras de infraestrutura concretizam a esperança do sonho da casa própria (mesmo que para isso, tenha de haver a desapropriação ou a remoção de várias localidades).

Não é à toa que começarão a surgir, nas páginas dos jornais, tantas reportagens ora enaltecendo a “pacificação” das favelas (minimizando, é claro, os assassinatos em massa de “traficantes”), ora comemorando a inclusão de algumas comunidades no mapa turístico do Rio de Janeiro e, outras tantas vezes, exigindo a remoção das “áreas de risco” ocupadas “ilegalmente”.

Embora tais reportagens não sejam objeto de análise direta neste artigo, a transformação discursiva dos significados que a favela “propõe” para a cidade aparecerá, como contraponto e pano de fundo, na análise desenvolvida mais abaixo. O objetivo, com isso, é percebermos como a ênfase dos jornais na criminalização de alguns trajetos terá também, como consequência, a legitimação implícita de outros.

Adotar como ponto de análise o momento em que os sentidos da favela são deslocados pela produção de espacialidades distintas, nos permite aproximar a noção de polissemia dos discursos (Pêcheux, 1997) ao esforço foucaultiano em determinar a natureza criativa dos *espaços outros*. O filósofo defende a existência de *espaços externos*, cuja função específica seria distinta dos “espaços normais”, percebidos e produzidos por nossa existência.

Seriam aqueles que “se relacionam como todos os outros de uma forma que neutraliza, secunda, ou inverte a rede de relações por si designadas, espelhadas, refletidas” (FOUCAULT, 2006, p. 755). Tais espaços se dividem em *utopias* e *heterotopias*. Ao passo que as primeiras seriam espaços sem lugares reais, as segundas



seriam portadoras de uma outra ordem topológica, uma vez que tais ‘espaços outros’ possuiriam, de fato, existência no mundo real.

Há, também, (...) espaços reais (...) que são algo como contra-lugares, espécie de utopias realizadas nas quais todos ou outros lugares reais dessa dada cultura podem ser encontrados, e nas quais são, simultaneamente, representados, contestados e invertidos. Esse tipo de lugar está fora de todos os lugares, apesar de se poder obviamente apontar a sua posição geográfica na realidade (Idem, p. 756).

Foucault estabelece uma tipologia dos diferentes usos e modelos desses espaços outros em nossa sociedade. Um exemplo da distinção entre *utopia* e *heterotopia* é descrito a partir da bela análise a respeito do espelho. Embora a imagem especular seja uma utopia, na medida em que se situaria num espaço irreal, sendo “uma sombra que me dá visibilidade de mim mesmo, que me permite ver-me ali onde sou ausente” (Idem, p. 756), ainda assim há nessa superfície uma potência que a converte em heterotopia,

uma vez que o espelho existe na realidade, e exerce um tipo de contra-ação à posição que eu ocupo. Do lugar em que me encontro no espelho apercebo-me da ausência no lugar onde estou, uma vez que eu posso ver-me ali. A partir desse olhar dirigido a mim próprio, da base desse espaço virtual que se encontra do outro lado do espelho, eu (...) dirijo o olhar a mim mesmo e começo a reconstituir-me a mim próprio ali onde estou (Idem, p. 756).

De uma certa forma, podemos pensar que as favelas (neste momento de embaralhamento de relatos e sentidos) podem possuir também essa mesma capacidade de estabelecer um espaço num lugar que de fato é real, mas que passa a ser uma contestação não só da normalidade dos espaços urbanos ocupados, como da legitimidade do ‘projeto espacializante’ capitalista. Nesse aspecto, as heterotopias seriam espaços complexos produtores de diversas formas de ruptura da ordem histórica. Será, justamente, contra esta “violência simbólica” voltada à ordem urbana que as intervenções (e os discursos) irão se voltar.

As heterotopias são capazes, ainda, de “sobrepôr, num só espaço real, vários espaços, vários lugares que por si só seriam incompatíveis” (Idem, p. 756). O autor exemplifica com o espaço do palco do teatro, os jardins orientais e os tapetes persas. Poderíamos incluir, na lista de exemplos, o embate entre os relatos atuais sobre as comunidades do Rio de Janeiro e a proliferação de imagens (e visões) conflitantes que tal caleidoscópio pode provocar nos moradores. Nessa medida, há mais uma aproximação entre texto e cidade: a polissemia ampliada em momentos de ruptura (violenta) dos sentidos outrora cristalizados.



A ameaça à nova ordem urbana, materializada no espaço de inclusão precária que é a favela, dialoga com outro tipo de heterotopia: as de *desvio*, que seriam “aquelas nas quais os indivíduos, cujos comportamentos são desviantes em relação às normas, são colocados” (Idem, p. 757). São as instituições disciplinares, como as prisões e os manicômios, tão bem descritos por Foucault ao longo de sua obra.

Talvez resida nesta vizinhança a possibilidade de emergência do deslocamento discursivo habitual que afasta a favela dos campos semânticos de problema social para o território simbólico da violência e das classes perigosas. É justamente essa opção interpretativa que pairará, como pressuposto, nos enfoques jornalísticos adotados nas reportagens abaixo, que servem como uma ilustração precisa dos aspectos debatidos até aqui.

#### **4. O imperador da Chatuba: Adriano e seus percursos delinqüentes**

**À sua maneira de calção  
com bandeiras sem explicação  
carreiras de paixão danada.  
(Chico Buarque)**

Ao acompanharmos os últimos seis meses da cobertura jornalística sobre a presença do jogador Adriano, do Flamengo, na cidade do Rio de Janeiro – de dezembro de 2009 a junho de 2010 - podemos perceber uma mudança gradativa na forma como sua região natal é retratada nas páginas do *Globo* e do *Extra*. Sobretudo na medida em que as ações do jogador (e as reportagens que as relatam) vão ficando mais polêmicas.

Se tomarmos como ponto de partida a reportagem que desdobrava a comemoração do título brasileiro pelo clube carioca, veremos que a relação do jogador com a Vila Cruzeiro – comunidade localizada na região da Penha, subúrbio da Leopoldina – ilustrava alguns aspectos positivos de sua personalidade.

Livre após dias de clausura em Teresópolis, Adriano trocou o passeio completo, traje obrigatório nas festas para premiar os melhores do Brasileiro, pela bermuda e o chinelo. Aguardado ontem pela manhã em São Paulo para receber a Bola de Ouro, oferecida pela “Revista Placar”, o atacante não foi, preferindo o convívio dos amigos na Vila Cruzeiro, favela onde nasceu. (Extra, 08/12/2010)

Em que pese a rebeldia da recusa em participar da entrega do prêmio, a opção pela comemoração entre amigos e pelos trajes informais é elemento indicador da humildade do atacante que não troca a “favela onde nasceu” pela pompa das cerimônias oficiais. A lua de mel com a comunidade, no entanto, vai durar pouco. Três meses após



o título nacional, a famosa pouca disposição do jogador para treinar ganha ares mais policiaiscos, no momento em que a favela presencia uma briga entre Adriano e sua noiva. A reportagem de *O Globo* de 05/03/2010 explica o motivo das ausências nos treinos.

Por trás da liberação de Adriano, está uma grande confusão ocorrida na noite da última quinta-feira e que envolveu outros jogadores. Às quintas-feiras, boa parte do elenco rubro-negro se reúne para um jantar, usualmente na Barra da Tijuca. No último, após o encontro, Adriano e um grupo de aproximadamente dez jogadores foram a um baile funk na Chatuba, favela do Complexo do Alemão, perto da Vila Cruzeiro. Irritada com o fato (...), a noiva de Adriano, Joana Machado, foi ao local. Irada, quebrou o carro dos atacantes (...) Em seguida, ela partiu para cima de Adriano e começou a socar o jogador. Testemunhas dizem que ele a empurrou, o que amigos dele negam. Diante do tumulto no baile, até traficantes se envolveram e pediram que Joana se retirasse. (*O Globo*, 05/03/2010)

No momento em que o percurso traçado pelos jogadores (zona oeste-subúrbio) termina em denúncia de agressão, a diferença entre as regiões da cidade demarca a oposição entre ações autorizadas e deslizes dos jogadores. Quando o jantar na Barra da Tijuca se prolonga em baile funk na Chatuba os envolvidos transgridem, também simbolicamente, os limites das espacialidades autorizadas às pessoas bem sucedidas.

A edição do mesmo dia do *Extra* recorre aos boatos e às fontes anônimas para oferecer ainda mais detalhes da confusão. Neste veículo, no entanto, a tonalidade da cobertura é bem mais emocionante:

Socos, pontapés, festa regada à funk na favela, bebedeira e quebra-quebra. Estes foram os ingredientes que vão desfalar o Flamengo de seu principal jogador, o atacante Adriano (...). Entre os muros da Gávea fala-se abertamente dos motivos do afastamento do Imperador. (...) Adriano, então, interveio e foi agredido a socos por Joana Machado. O jogador revidou as agressões da noiva, sob olhares dos chefes do tráfico local, e pediu aos traficantes para que a expulsassem da favela. Caso ela se recusasse, Adriano deu ordem para que ela fosse amarrada a uma árvore até o amanhecer. (*Extra*, 05/03/2010)

Enquanto na reportagem do *Globo* há apenas uma tímida menção à agressão e à presença de bandidos no tumulto, o jornal *Extra* explicita, em primeira mão, algo que na semana seguinte seria presença constante mesmo nos jornais mais sóbrios: a amizade de Adriano com traficantes locais. A denúncia, desta vez, é a de que o jogador teria comprado uma motocicleta para um amigo de infância, responsável pelas bocas de fumo da região.



A Delegacia de Combate às Drogas (Dcod) instaurou inquérito para apurar se o atacante Adriano, do Flamengo, cometeu os crimes de associação para o tráfico de drogas e lavagem de dinheiro. (...) O jogador comprou uma moto no nome de Marlene Pereira de Souza, mãe do traficante Paulo Rogério de Souza Paz, o Mica, chefe do tráfico na Chatuba, no Complexo do Alemão. A investigação foi aberta a pedido do promotor Alexandre Murilo Graça, da 17ª Promotoria de Investigação Penal (PIP). (O Globo, 16/03/2010)

Trata-se apenas de uma primeira denúncia, que, na verdade, atualizava uma história anterior, na qual o atleta teria dado queixa à polícia do sumiço de uma outra moto comprada para um amigo e que estava desaparecida. Os próximos três meses, no entanto, serão repletos de desdobramentos jornalísticos que reverberarão as suspeitas sobre suas “amizades ilícitas”.

Para se ter uma ideia do volume de escândalos, apenas no início do mês de junho de 2010 o jornal *O Globo* publicou matérias quase diárias que davam conta de suspeitas de que Adriano teria doado 60 mil reais ao chefe do tráfico da Vila Cruzeiro, Fabiano Atanásio da Silva (o FB); das versões de defesa do jogador, alegando que o montante fora destinado a doações de cestas básicas no natal para a comunidade; e sobre a publicização de fotografias em que posa, ao lado de um primo, segurando uma arma de brinquedo e um abajour em forma de fuzil.

Sem aprofundarmos à exaustão a listagem e a descrição das reportagens e não entrando no mérito dos julgamentos (morais e legais) em relação às ações de Adriano, podemos perceber que há mais do que a condenação de atos ilícios praticados pelo jogador. Paira, ainda, uma crítica que se baseia, implicitamente, nos deslocamentos feitos por Adriano. Ele é também culpado por transitar. Por freqüentar regiões inapropriadas aos bem-sucedidos, mesmo quando jogadores de futebol.

Neste sentido, cabe retomar o pensamento de Certeau, acerca da ideia de que um determinado lugar geográfico se transforma, pelo trabalho da ação humana, em um tipo específico de espaço. Na análise aqui apresentada, podemos perceber de que forma os relatos jornalísticos elaboram suas interpretações partindo da constatação de uma espacialidade calcada na violência dos atores sociais que habitam os lugares freqüentados (“indevidamente”) por Adriano. À esta ação do jogador, poderíamos remeter a analogia proposta por Certeau entre as *delinquências* e os relatos de espaço:

se o delinqüente só existe deslocando-se, se tem por especificidade viver não à margem mas nos interstícios dos códigos que desmancha e desloca, se ele se caracteriza pelo privilégio do percurso sobre o Estado, o relato é delinqüente (CERTEAU, 1990: 216).



Assim, podemos interpretar que os movimentos de Adriano e seus amigos pela cidade se aproximam de percursos semelhantes a contra-relatos. Daí o gesto jornalístico de controlar a ‘delinquência’ destes trajetos. É por esta razão que o teatro bizarro do imperador e suas “más companhias” diz também algo sobre a cartografia da violência no Rio de Janeiro. Os escândalos que se sucedem viram sintoma dos riscos que correm tanto aqueles que ascendem e insistem em manter seus vínculos de origem, como os “cidadãos de bem” obrigados a tangenciar, em suas trajetórias, os espaços de crime que se incrustam na cidade.

A punição (discursiva) de Adriano serve, também, de exemplo das consequências que sofrerão aqueles que recusarem o processo de (re)significação das favelas como *espaços pacificados*, posto em prática pela intervenção estatal. Sobretudo aqueles que insistirem em estabelecer vínculos com os *elementos perigosos* que estão na iminência de serem varridos do mapa (e dos morros) para a emergência da nova ordem urbana.

Como seu bairro natal mantém a tarja de *espaço violento*, Adriano torna-se ainda mais culpável por preferir manter-se apegado ao território simbólico do crime, do qual poderia ter “escapado”, mesmo que mais pelo acaso do talento do que por sua índole. Personalidade, aliás, retratada nas páginas dos jornais com a mesma imprecisão que seu bairro – ora nomeado como Vila Cruzeiro, Chatuba ou simplesmente Complexo do Alemão - , o atleta aparenta para o jornais a mesma ambigüidade ameaçadora das heterotopias e dos relatos delinqüentes. E é com a intenção de impedir tal transposição de fronteiras (e da ordem) que as estratégias enunciativas vão interpretar, ainda mais facilmente, o comportamento de Adriano como criminoso.

## 5. Considerações finais

A breve análise das páginas dos jornais *O Globo* e *Extra* aqui desenvolvida permite ilustrar de que forma um aglomerado de exclusão do Rio de Janeiro, famoso por se configurar em um território quase à parte da cidade, vive um momento de transformação de sentidos. A tradicional figuração da favela, cuja (sub)urbanização anárquica permitia a “proliferação” das classes perigosas, convertendo-se em “espaço da violência”, não será mais a única maneira de representação discursiva de tais localidades.

Diante da proposta de (re)significação - instrumento discursivo para conferir legitimidade à intervenção promovida pelo Estado – os habitantes daquele lugar se



deparam com duas propostas de “especialização” opostas: a violência ou a pacificação. Nesse sentido, o caso de Adriano é rico para percebermos como o jogador torna-se, em resumo, ainda mais culpado por traçar, nas páginas dos jornais, um percurso distinto da proposta de ordem espacial sugerida, por oposição, na nomeação das favelas como *espaços violentos*. Uma afronta ao mapa simbólico da cidade pretendido, pela imprensa e pelo Estado, como única leitura possível do Rio de Janeiro.

Tais percursos permaneceriam proscritos por incluírem em seus trajetos as localidades que ainda não sofreram a bênção da conversão discursiva materializada pela presença das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). As intervenções dos governos Estadual e Federal nas comunidades do Rio têm recebido amplo apoio dos veículos de comunicação da cidade. Parceria fundamental para que as propostas de ação estatal adquiram, de fato, o status de uma releitura dos espaços de exclusão da cidade.

Cabe aqui, entretanto, retomar o alerta de Pêcheux (1997) acerca dos sentidos, que também se aplicaria a essas re-significações na espacialidade carioca: o sentido pode sempre ser outro, mas ele nunca é qualquer. Adriano não é apenas culpado por insistir em produzir seus trajetos afetivos por entre os “espaços de violência” – ele se torna, pela oposição discursiva necessária, também um ícone midiático do aspecto perverso que os habitantes do Rio de Janeiro teriam que deixar de lado ao adotarem os novos “espaços pacificados” como único modo de praticar, discursiva e geograficamente, sua cidade.

## 6. Referências Bibliográficas

BARBOSA, C. *Adriano é afastado do Flamengo após briga em festa funk*. Rio de Janeiro: Extra, 05/03/2010.

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. São Paulo: Brasiliense, 1957.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano, vol 1: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1990.

COSTA e SILVA, D. *Adriano comemora hexa do Flamengo na favela*. Rio de Janeiro: Extra, 08/12/2009.

FOUCAULT, M. *Ditos e Escritos, vol. 4*. São Paulo: Forense Universitária, 2006.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

JEUDY, H.P. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

MANSUR, C. *Adriano falta novamente ao treino e já está fora do jogo contra o Caracas, pela Libertadores*. Rio de Janeiro: O Globo, 05/03/2010.



MARTINS, J. *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Edusp, 2000.

*O GLOBO*. *Polícia investiga compra de moto pelo jogador do Flamengo Adriano em nome da mãe de traficante*. Rio de Janeiro: O Globo, 16/03/2010.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Unicamp, 1997.

SARLO, B. *La ciudad vista*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009.